

Representação da docência na formação policial militar: do currículo oculto agregado no *ethos* militar ao currículo programático tecnicista

Representation of teaching in military police training: from the hidden curriculum to the convergence of the military ethos to the technical programmatic curriculum

Cyntia Magalhães Lima¹

Ethiene Schneiderreit da Silva²

Anderson Magnus da Silva Alves³

RESUMO

A pesquisa abordou o alcance do tema docência, nos cursos de formação profissionalizante das Polícias Militares, como o principal elemento cognoscente capaz de moldar o objeto de conhecimento a ser transmitido ao discente, com as características peculiares afetadas ao exercício da profissão. Pretendeu-se, por meio da caracterização da transmissão de conteúdos informativos e formativos, representar a docência na formação policial militar. Nesse sentido, argui-se como a docência se desenvolve nas Polícias Militares ao longo dos anos, a partir das competências técnicas dos professores, discorrendo sobre o currículo oculto e o processo de cognoscência na caserna inserido no contexto do *ethos* militar, bem como apresentar a sistematização da educação policial militar na história da Polícia Militar de Minas Gerais.

Palavras-Chave: Currículo oculto; docência; *ethos* militar; formação policial militar.

ABSTRACT

The research addressed the scope of the teaching theme, in the professional training courses of the Military Police, as the main cognitive element capable of shaping the object of knowledge to be transmitted to the student, with the peculiar characteristics affected by the exercise of the profession. It was intended, through the characterization of the transmission of informative and training content, to represent teaching in military police training. In this sense, it is argued how teaching has developed in the Military Police over the years, based on the technical skills of teachers, discussing the hidden curriculum and the process of knowledge in the barracks inserted in the context of the military ethos, as well as presenting the systematization of military police education in the history of the Military Police of Minas Gerais.

Keywords: Hidden curriculum; teaching; military *ethos*; military police training.

Artigo apresentado como trabalho de conclusão de curso da pós-graduação *lato sensu* em Docência no Ensino Superior, Instituto Federal do Sul de Minas e Academia de Polícia Militar de Minas Gerais.

¹ Cabo da Polícia Militar de Minas Gerais. Licenciatura em Matemática. Tecnólogo em Atividades de Polícia Ostensiva pela Academia de Polícia Militar.

²3º Sargento da Polícia Militar de Minas Gerais. Pós Graduada em Direito Constitucional; Direito Militar; Direito Penal e Processual Penal. Bacharel em Direito. Professora na Décima Região, na cadeira de Direito Penal Comum e Militar e Processo Penal Comum e Militar.

³Oficial pertencente à Polícia Militar de Minas Gerais. Mestre em Psicologia: Análise do Comportamento. Bacharel em Ciências Militares pela Academia de Polícia Militar.

1 INTRODUÇÃO

A presente pesquisa abordou a temática da representação da docência no processo de formação profissionalizante do discente nas Polícias Militares, em uma integração onde valores e comportamentos implícitos referindo-se ao currículo oculto à convergência do *ethos* militar, se alinham com o currículo formal e técnico, abordado como programático tecnicista.

Argúi-se que a preparação do profissional policial militar para uma atuação qualificada ocorre dentro de um processo de formação peculiar, cuja transmissão de ensinamentos é realizada por professores experientes em sua área de atuação, dinâmicos na execução específica do conteúdo afeto a disciplina regente, porém, insipientes sobre o conhecimento pedagógico acerca de métodos e técnicas de ensino. Nesse sentido, o docente vale-se de um currículo oculto⁴, que influencia diretamente os resultados da transformação que a capacitação profissional propõe, sem compreender, totalmente, que a submissão do discente a essa teoria pedagógica.

Não obstante, a formação profissional do policial militar ocorre de forma diversa da instrução acadêmica daquele que atua em outras profissões, no mundo civil⁵. Uma vez que o *ethos* militar⁶ impõe a necessidade de uma adaptação intensa e abnegada, capaz de fidelizar o policial aos princípios da hierarquia e disciplina, tornando-o profissional irrepreensível a uma conduta de honra e moral inerentes aos integrantes da caserna, é apontado como o caráter que discerne as duas cosmoviões⁷, a militar e a civil.

O espírito de corpo e o espírito militar são representações sociais do militarismo. Esses atributos são características da identidade adquirida, desenvolvida através dos processos de socialização na instituição militar. Nesse viés, a praxe do *ethos* militar está apoiada na hierarquia e na disciplina, tendo estes dois princípios como pilares,

⁴Bagagem cultural e ideológico na transmissão do conhecimento.

⁵Forma de ver o mundo e se relacionar não associadas aos costumes militares;

⁶O *ethos* militar, herdado das forças armadas, tem seus pilares na hierarquia e disciplina, o que resulta na origem e separação de dois mundos, o “intramuros” e o “extramuros” (STORANI, 2010).

⁷Visão de mundo.

tornando-se determinante para trazer uma divisão que esclarece e define as peculiaridades de dois mundos, o “intramuros” e o “extramuros”.

E, nesse processo de fidelização do discente na cultura da caserna, importa que seja observado o ambiente educacional e as interações que ocorrem nele, de modo que a representação do docente compreende não só o que lhe cabe em um ensino sequencial do currículo programático, mas também no que é visível por seu comportamento, quanto à postura ética, modo de agir, ênfase em determinadas perspectivas, a forma como é incentivado o pensamento crítico ou o pensamento de grupo.

Isso possibilita que, através de interações recorrentes, o docente tornar-se-á um referencial de conduta a ser adotada pelo discente, quando este se deparar com conflitos culturais, ideológico e políticos existentes na diferença entre o extramuros, quando vivencia sua rotina de vida no mundo civil, e o intramuros, enquanto integrante das forças militares cujo estilo de vida é arraigado em pilares morais e éticos impostos pelo dever de manter a ordem pública.

Outro aspecto de distinção da profissão do policial militar, que reflete na exigência de um processo diferente de formação educacional, é a necessidade imprescindível do amplo exercício associado de habilidades psicológicas a uma aptidão física que transcenda a específica capacidade intelectual de percepção do conhecimento técnico profissional. Isso porque ao policial militar são confiados o dever de preservação da ordem, da segurança pública, da incolumidade das pessoas e do patrimônio exercidos por meio da prerrogativa do poder de polícia, fundamental para a prática dessa atividade.

Assim, o protagonismo do discente na educação policial militar em desenvolver o conjunto de competências cognitivas, operativas e atitudinais necessárias para atuar como um policial militar capaz de agir assertivamente diante das diferentes situações encontradas durante a atuação policial é alcançado por meio de tutores que lhe forneça suporte necessário, em um processo de comunicação adequado de ensino e aprendizagem: o policial militar docente.

Nesse sentido, propõe-se responder o seguinte problema de pesquisa: como ocorreu a sistematização da educação profissionalizante na formação policial militar garantista de direitos?

Para tanto, como objetivo geral, busca-se realizar a análise do alcance do tema docência como o principal elemento cognoscente capaz de moldar o objeto de conhecimento a ser passado ao discente policial militar, com as características peculiares afetas ao exercício da profissão do soldado⁸, explorando o *ethos* militar no processo de aprendizagem formativo e profissionalizante na educação de polícia militar.

E como objetivo específico a ser alcançado dentro desse projeto, considera-se explorar e discorrer a respeito do tema currículo oculto e sua submissão ao processo de cognoscência na caserna; bem como examinar e apresentar a sistematização da educação policial militar na história da Polícia Militar de Minas Gerais.

Para tanto, as hipóteses foram elaboradas para fornecer uma compreensão mais aprofundada do problema de pesquisa sendo a primeira: após a redemocratização, o ensino de polícia militar tornou-se profissionalizante por meio do equilíbrio entre currículo programático tecnicista e *ethos* militar alinhado aos valores institucionais de proteção social e garantista de direitos.

A segunda hipótese organiza-se na ideia em que na formação profissional de polícia militar, antes do processo democrático, o currículo oculto sustentado pelo *ethos* militar apresenta papel antagônico ao currículo tecnicista, predominando fazer técnico sobre o saber teórico.

A terceira hipótese trata do processo de ensino aprendizagem, que na educação profissional policial militar de Minas Gerais, evoluiu para um tecnicismo pautado no equilíbrio entre *ethos* militar e currículo pragmático (saber teórico e fazer técnico).

⁸Profissão do soldado como representante de todas as outras graduações e também postos existentes no militarismo de maneira genérica; profissão militar. Cadernos da Fucamp, v. 34, p. 108 - 128 /2024

A partir dessas hipóteses, buscou-se verificar as suposições, justificando-se na identificação e no fortalecimento da relevância Institucional que a docência possui nas Polícias Militares e sua representação no processo de formação e profissionalização do discente policial militar. Nesse sentido, é vislumbrada a possibilidade de aprimoramentos no sistema de ensino castrense⁹, com reflexos no exercício do policial, cuja relevância social está na valoração da qualidade da atuação profissional.

E ainda, a análise em pauta se justifica também na existente relevância acadêmica e pedagógica, uma vez que o tema pode fomentar a discussão de um assunto pouco explorado institucionalmente, lhe sendo atribuída maior visão estratégica diante do ensino, com grandes benefícios aos discentes, na adaptação de suas habilidades às práticas essenciais da profissão, ao aprofundar a compreensão pedagógica do docente na formação do profissional policial militar acerca de métodos e técnicas de ensino.

Quanto à natureza, trata-se de uma pesquisa de análise exploratória¹⁰, cuja busca nas literaturas sobre educação; os tipos de currículos identificados no processo de ensino aprendizagem, cujas características também podem ser encontradas nas literaturas informativas sobre ensino policial militar.

A análise estruturar-se-á em cinco seções, face ao âmbito dos objetivos a serem alcançados. Dessa maneira, partindo dessa introdução, a segunda seção apresentará o tema instrução policial militar: do *ethos* militar ao tecnicismo; a terceira seção discorrerá sobre o currículo programático e currículo oculto no processo de ensino e aprendizagem; na quarta seção há pretensão de examinar e apresentar uma linha histórica a respeito do processo de educação da Polícia Militar de Minas Gerais. E, na quinta serão feitas as considerações finais.

Destarte, para obter os elementos necessários ao alcance dos objetivos da pesquisa proposta neste artigo e comprovação da hipótese, é utilizado o método dedutivo, com

⁹Castrense é o termo afeto a carreira policial militar.

¹⁰“Tem como propósito proporcionar maior familiaridade com o problema, com vistas a torná-lo mais explícito ou a construir hipóteses.” (Gil, 2010, p. 27).

a seleção de bibliografias e documentos que possibilitam esclarecer o assunto e elucidar a problemática apresentada.

2 INSTRUÇÃO POLICIAL MILITAR: DO ETHOS MILITAR AO TECNICISMO

A essência cultural da caserna é orientada por um conjunto de princípios próprios como hierarquia, disciplina; pela execução de rituais de honra, de respeito e de continências militares; pelo culto aos símbolos nacionais que são a Bandeira do Brasil, o Brasão da República, o Selo e o Hino Nacional e pela valorização do civismo, conforme preconizado no Regulamento de Continências, Honras, Sinais de Respeito e Cerimonial Militar das Forças Armadas, R-Cont. Esses fundamentos são exemplo do que é cultivado desde o início da formação profissional do policial militar e permeia todas as etapas da carreira, por que fazem parte da identidade dos policiais militares.

Na instrução policial militar a essência da caserna é parte integrante da prática educacional e imperiosa no desenvolvimento de uma nova identidade no discente em formação, uma vez que ao se tornar um policial militar, o neófito¹¹ passa a fazer parte de uma nova cultura organizacional, entronizando, portanto, o que chamamos de *ethos* militar. E, para entender este conceito, destaca-se a linha de pensamento asseverada pelo antropólogo Clifford Geertz (1973, p. 143):

O *ethos* de um povo é o tom, o caráter e a qualidade de sua vida, seu estilo moral e estético [...]. O *ethos* representa um tipo de vida implícito no estado de coisas do qual esse tipo de vida é uma expressão autêntica (Geertz, 1973, p.143).

Existe, portanto, uma conexão fundamental estabelecida entre os valores arraigados em uma comunidade e a estrutura geral da sua existência. Esse fenômeno pressupõe a participação de dimensões que são tanto implícitas quanto diretamente percebidas, todas direcionadas para a preservação da provisão dos significados nos quais cada indivíduo baseia sua interpretação da vida e orienta suas ações.

¹¹A palavra “neófito” vem do grego *neophutos* que, por sua vez, deriva de um verbo que transmite o sentido de “produzir”, “brotar”, “germinar”. Então, com base nesse significado, um neófito é como uma “muda plantada” que começa a brotar e dar ramos. No cristianismo, o significado de “neófito” indica uma pessoa iniciante na Fé Cristã, ou seja, um recém-convertido. Conegero, Daniel. Apud <https://estiloadoracao.com/neofito-significado-na-biblia/> Cadernos da Fucamp, v. 34, p. 108 - 128 /2024

Além disso, Geertz argumentou que esses significados necessitam ser “armazenados” por meio de símbolos que encapsulam o conhecimento compartilhado sobre o mundo social, abrangendo aspectos morais, estéticos e afetivos. Esse caráter peculiar de estilo de vida funciona como depósitos nos quais a sociedade guarda e transmite sua compreensão coletiva da realidade, oferecendo um quadro para a interpretação e organização das experiências cotidianas.

No militarismo, o *ethos* é associado a uma espécie de consenso grupal, de modo que a identidade social de cada militar é formada por um consciente coletivo da Instituição, sendo, portanto, um compromisso do grupo.

Ao extrair do psicólogo Antônio Xavier Teles, que o objeto da psicologia social é o comportamento humano no grupo (1968, p. 137), assevera-se que o *ethos* militar é a construção de uma psicologia social que cria um consciente coletivo na tropa, formado pelo espírito de corpo, que mantém lealdade entre os seus integrantes e preserva a coesão militar.

Essa consonância de desígnios formada por um conjunto de valores e fundamentos influencia diretamente nas ações individuais dentro do ambiente militar, assim como são úteis para preservar os significados intrínsecos à cultura militar, gerando um modelo aplicado as instituições que reflete a imagem do universo propriamente militar. Portanto, importa que o *ethos* militar seja nutrido durante o treinamento, a fim de criar laços entre os membros da corporação, que permitem sustentar a coesão em situações adversas.

Nesse sentido, essa identidade social construída como um pensamento grupal de espírito de corpo e coesão da tropa auxilia o policial militar na execução do seu trabalho que é difícil, complexo e de grande responsabilidade social, exigindo, do profissional, respostas que alcancem uma boa comunicação social, a gestão de conflitos e administração de problemas com demandas que, muitas vezes colocam sua própria vida em risco. Nesse contexto, corrobora Paulo Storani (2018, p. 34), quando afirma que o policial militar deve possuir a amplitude requerida pelos processos de socialização dos conhecimentos, necessários para lidar com situações

que, normalmente, causariam repugnância, medo, ou paralisia em outros profissionais.

Entretanto, a construção social do *ethos* militar não é mecanismo suficiente para profissionalizar o policial militar conforme ocorria anteriormente, antes do processo democrático no país; trata-se de uma das ferramentas existentes para a construção do arquétipo da caserna, promovendo a reestruturação de valores de acordo com a cultura institucional. Destarte, para que o exercício da atividade policial militar tenha a associação do fazer técnico e o saber teórico, a formação profissional desenvolvida por meio do ensino deve pautar-se em uma instrução policial militar que vai do *ethos* militar ao tecnicismo profissional.

A metodologia tecnicista, também conhecida como abordagem tecnicista, é uma perspectiva educacional que enfatiza a aplicação de técnicas e métodos específicos para alcançar objetivos educacionais de qualificação sistêmica. Ela se baseia na ideia de que a educação pode ser planejada, organizada e controlada de maneira eficaz por meio do uso de técnicas e procedimentos cientificamente comprovados. Segundo Saviane (1984), o tecnicismo caracteriza-se pela valorização das técnicas, dos métodos e dos instrumentos educacionais, tendo em vista o planejamento e controle rigorosos do processo educativo.

O tecnicismo na instrução policial militar está relacionado à necessidade de aumentar a profissionalização e a credibilidade da instituição. Ao fornecer aos policiais militares as habilidades e conhecimentos necessários para o desempenho da profissão, o ensino policial militar demonstra seu compromisso com a excelência e a eficiência na prestação de serviços de segurança pública como um garantidor dos direitos.

A padronização e aprimoramento na capacitação dos profissionais que desempenham funções na área da segurança pública são embasados na Matriz Curricular Nacional, que, em atualizações mais recentes, se destaca pela inclusão de um perfil profissiográfico com foco nas competências dos policiais e bombeiros, além da transversalidade com os direitos humanos na construção da malha curricular dos operadores de segurança pública. (BRASIL, 2014a).

Ao adotar uma abordagem baseada em competências no ensino, a Matriz Curricular Nacional enfatiza a inclusão de conteúdos conceituais, atitudinais e procedimentais, valorizando tanto os conhecimentos teóricos quanto práticos e instrumentais necessários para lidar com as demandas do exercício profissional.

Isso contribui significativamente para a elaboração de currículos considerados essenciais para a formação de profissionais na área de segurança pública e para a capacitação no desempenho de suas funções, uma vez que o policial, também compreendido como fazer segurança pública pelo paradigma militarista, em cenários de prevenção, porém também com a necessidade de repressão, sendo que, em ambas as situações, a técnica e o conhecimento sobre qual comportamento a ser empregado pelo policial militar.

Assevera-se sobre a exigência de conhecimento técnico, no saber teórico, para adoção de comportamentos legítimos, onde o tecnicismo é de fundamental importância na instrução policial militar, de modo que a representação da docência, nesse cenário é, mais uma vez, o arcabouço que estrutura a sedimentação das técnicas necessárias ao exercício do policial.

Assim, ressalta-se que o tecnicismo é complementado, em um equilíbrio, pelo *ethos* militar no ensino policial, favorecendo para que os policiais possuam tanto as habilidades técnicas quanto os valores éticos necessários para desempenhar suas funções de maneira eficaz e responsável.

3 O CURRÍCULO PROGRAMÁTICO E CURRÍCULO OCULTO NO PROCESSO DE ENSINO E APRENDIZAGEM

No processo de ensino e aprendizagem, o conhecimento a ser examinado possui uma programação pré-ordenada de atividades propostas pela ementa de cada disciplina do componente em estudo. A esse componente de planejamento dá-se o nome de currículo programático, que é embasado em literaturas correntes, normas referenciais e doutrinas técnicas que formam o conhecimento específico para amparar e direcionar a condução do conteúdo em uma disciplina a ser estudada.

Contudo, dimensões sociais sugestionam a forma de planejar e fazer educação. Felipe Fontes (2017, p.18) afirmou que o ensino é influenciado por pressupostos nas diferentes inclinações de natureza cultural, política, econômica e religiosa. Isso porque a cultura de uma determinada pessoa ou grupo interfere no modo como ela educa, assim como diferentes modelos de educação veiculam diferentes ideias políticas; não obstante, também se tem que a situação econômica dos indivíduos e as circunstâncias advindas desta situação, interferem em seu aprendizado, assim como sua cosmovisão espiritual.

O ensino, de modo geral, não é neutro, uma vez que a educação é influenciada pelo ambiente em que o ensino é estabelecido e a maneira de transmitir um conteúdo, deixando traços significativos no processo de cognoscência que são transmitidos aos discentes de forma implícita. Posto que a atividade de ensino acompanha uma bagagem ideológica na transmissão do conhecimento, concebe-se que o processo de aprendizagem não se limita a mera listagem de conteúdos a serem ensinados.

Nesse sentido, Viviane Araújo (2018, p. 30), afirmou que o conjunto de experiências educativas vividas por um discente são organizadas em função de propósitos educativos, saberes, atitudes, crenças, valores que expressam e concretizam formal e informalmente o ensino, orientada por um currículo prescrito, que é tido como currículo oculto. Ao ensinar, há instruções que acontecem de forma implícita, por serem transmitidas nas entrelinhas das relações onde se estabelecem o contexto da aprendizagem; desse modo, no currículo oculto são aprendidos comportamentos, atitudes, valores e orientações que se requer e que se ajustem às estruturas e ao funcionamento da sociedade já constituída.

Na formação do policial militar o currículo oculto tende a exercer uma influência ainda maior do que em outras áreas de formação profissional, visto que o saber teórico e o fazer técnico ensinados são parte integrante de um processo de construção de uma nova identidade no discente castrense, uma vez que ao se tornar um policial militar, o neófito passa a fazer parte de uma nova cultura organizacional, com princípios, ética e moral próprios de seus integrantes, entronizando, portanto, o *ethos* militar.

A respeito da transição que ocorre quando um novo profissional é iniciado na cultura da caserna, Storani (2018, p. 31) ensinou que há o surgimento de uma nova identidade nesse indivíduo, sendo o ensino profissional um caminho para a construção desta nova identidade social, visto que durante o processo de entrada dos neófitos no universo policial militar, ocorre a desconstrução da identidade “civil”, para construção de uma “policial ou militar”. Durante a jornada de formação profissional do policial militar, vislumbra-se, por tanto, a mortificação de um homem civil para a reconstrução de um homem policial, possuidor do *ethos* e da visão de mundo semelhante à de profissionais que já se encontram sob a égide deste universo.

Nesse aspecto, a noção do currículo oculto na abordagem do ensino indica que o conhecimento adquirido durante um curso de formação policial militar pode influenciar para a socialização deste profissional neófito do que o próprio conteúdo ensinado. Uma vez que o currículo programático cuida dos conhecimentos técnicos adquiridos pelo policial militar iniciante, os quais são de fundamental importância para a prática das atividades policiais, o currículo oculto, de outro modo, transforma a identidade do aluno, por meio daquilo que lhe é ensinado de forma implícita, na formação de uma identidade nova, capaz de fazer parte do corpo de uma tropa coesa.

O ensino militar traz um paradigma pedagógico milenar, segundo Freire, Albuquerque e Magalhães (2010, p. 86), visto como modelo de formação diferente do que ocorre no mundo civil, caracterizado por um tipo específico de socialização profissional. As concepções e práticas pedagógicas dos instrutores e docentes militares estão profundamente enraizadas neste imaginário, as quais acabam por ser reproduzidas de forma inconsciente. O instrutor é idealizado como modelo ideal de soldado, que é referência para o discente. Portanto, o docente deve ter a consciência de que é exemplo ao assumir a função de instruir o militar em fase de formação.

Nesse sentido, o docente é a figura do cognoscente que atua como a variável que lhe permite fazer conexões de socialização profissional para além do preestabelecido no currículo programático, de modo que um conteúdo pode ser apresentado a diferentes grupos de discentes de forma completamente opostas, uma vez que, em termos de experiência de ensino, o docente proporciona um padrão referencial para o militar em

fase de formação e, nesse aspecto, temos o currículo oculto no ensino por meio da qual é estabelecida uma relação necessária entre a educação profissional e as várias dimensões da existência humana.

Por isso, o docente precisa estar atento à visão, missão, princípios e valores institucionais, uma vez que é o mediador no processo de ensino-aprendizagem influenciando diretamente na qualidade da formação do discente. O *ethos* militar não pode impor um conjunto de estratégias pedagógicas contrárias aos objetivos pretendidos. Neste sentido, faz-se necessário explicitar esse processo formativo, visto que a eficácia da atuação desse agente pedagógico reside no senso crítico que torne possível a eventual adequação de sua prática pedagógica.

Este é um ponto sensível no ensino profissional do policial militar em formação, de modo que a representação do docente diante do fenômeno do currículo oculto exerce especial influência na identidade social que será formada no policial militar em formação profissional.

4 A LINHA HISTÓRICA A RESPEITO DA EDUCAÇÃO NA POLÍCIA MILITAR DE MINAS GERAIS

Por intermédio da Lei Estadual nº 6.260, de 13 de dezembro de 1973, foi criado o Sistema de Ensino da Polícia Militar do Estado de Minas Gerais, com fundamento no art. 68 da Lei Federal nº 5.692, de 11 de agosto de 1971, que fixava as Diretrizes e Bases para o ensino em âmbito nacional. A Lei de Diretrizes e Bases estabelecia que o ensino ministrado nas instituições militares fosse regulamentado por legislação própria.

A intenção de manter um sistema próprio de ensino teve como finalidade proporcionar aos integrantes da corporação a capacitação para o exercício dos cargos e funções previstos na organização policial militar. O artigo primeiro da Lei Estadual nº 6.260 estabelece o propósito do ensino dentro da instituição policial militar:

Art. 1º - A Polícia Militar do Estado de Minas Gerais, tendo em vista o disposto no art. 68 da Lei Federal nº 5.692, de 11 de agosto de 1971, manterá sistema próprio de ensino, com a finalidade de proporcionar ao respectivo pessoal a

capacitação para o exercício dos cargos e funções previstos em sua organização, bem como proporcionar assistência educacional aos seus dependentes (MINAS GERAIS, 1973).

Em 1975, a Lei Estadual nº 6.624, de 18 de julho, foi promulgada, estabelecendo a estrutura básica do sistema de ensino policial militar do Estado de Minas Gerais. Um dos principais pontos dessa legislação foi a atribuição à Escola de Formação e Aperfeiçoamento de Oficiais (EsFAO) da responsabilidade pela formação dos oficiais. Essa nova organização separava claramente os processos de formação dos oficiais e das praças:

Art.31º – Os órgãos de apoio compreendem:

I – Órgãos de Apoio ao Ensino:

a) Escola de Formação e Aperfeiçoamento de Oficiais - EsFAO

b) Centro de Formação e Aperfeiçoamento de Praças – CFAP

c) Colégios Tiradentes da Polícia Militar – CTPM (MINAS GERAIS, 1975).

Mais tarde, em 1979, com a promulgação da Lei nº 7.625, datada de 21 de dezembro, trouxe uma nova redação ao Artigo 31º, resultando na criação da Academia de Polícia Militar - APM. E, como resultado de todo esse processo de adequação do ensino policial militar ao sistema civil de ensino, em 06 de maio de 1983, o Conselho Federal de Educação, através do Parecer nº 237, oficializou o reconhecimento do Curso de Formação de Oficiais como equivalente a um curso de graduação superior para os que ingressaram no curso a partir de 1970.

Ainda sobre esta matéria, Terra, Bicalho e Elias acrescentaram:

Esse fato gerou reflexos positivos no ensino da APM, aliado às grandes mudanças sociais, ao avanço tecnológico, à modernidade e à conquista da cidadania. A sociedade passou a exigir do policial militar uma postura mais ética, profissional e um comportamento mais adequado e refinado para ocupar lugar no contexto social. (Terra; Bicalho; Elias, 1996, p. 28)

Ribeiro *et. al.* (2001) ao abordarem os avanços na formação do profissional de segurança pública, destacam que o modelo militar inicialmente adotado pelo Exército progrediu em direção a um ensino mais policial. Essa evolução educacional se relacionou com os valores democráticos que surgiram após a promulgação da Constituição Federal de 1988, demandando uma nova postura na atuação da instituição e, conseqüentemente, na formação de seus agentes.

A partir da promulgação da Constituição Federal de 1988, duas questões foram responsáveis pelo avanço na formação dos profissionais de segurança pública: a primeira trata da conscientização da população brasileira com relação aos valores democratizantes e uma nova perspectiva de cidadania, o que fomentou uma nova postura na atuação da Polícia Militar. Nesse contexto, em 1993, a PMMG instituiu formalmente, em termos de diretriz, a filosofia de atuação denominada Polícia Comunitária.

A segunda questão, diz respeito a um movimento interno e gradual de integrantes da instituição que cuidavam da área de ensino. Na grade curricular dos cursos de formação, isso se mostrou claro, apesar de que atividades extracurriculares continuaram com grande influência militar. Vale ressaltar que o surgimento da temática dos Direitos Humanos também influenciou a maneira de formar o policial com foco na proteção do cidadão.

Em 1999, a Polícia Militar de Minas Gerais reformulou seu curso de soldado, transformando-o em Curso Técnico em Segurança Pública – CTSP, com duração de 18 meses. Foram inseridas disciplinas que não existiam nos currículos dos cursos anteriores (1974, 1979 e 1990). Sobre esse movimento, afirmou Santos (2000, p. 113) que nos últimos 30 anos, o currículo de formação básica da Instituição sofreu várias alterações que reduziram a parte militar de 50% (1974) para 7,5% (1990), indicando sua adaptação às transformações da sociedade. Com o CTSP, foi abandonado o modelo de formação básica do Exército e inseriram-se as regras regulares da educação profissional de nível técnico do Ministério da Educação (Santos, 2000, p. 114).

A Resolução 3.628, de 24 de outubro de 2001, mudou a estrutura da PMMG, criando o Instituto de Educação de Segurança Pública – IESP, que, ao contrário de outros Institutos Superiores de Educação, relaciona-se com a qualificação profissional e o desenvolvimento das habilidades necessárias para a carreira policial-militar, conforme estabelecido pela Constituição e pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB). Essa nova organização visa promover uma conexão mais estreita e bidirecional entre os conceitos acadêmicos e as aplicações práticas.

Apesar dessa ênfase, ao formar oficiais da Polícia Militar, o IESP também deve considerar a preparação desses profissionais para o magistério no ensino técnico (para praças) e superior (para oficiais). No entanto, é importante reconhecer a dificuldade em preparar professores para a educação profissional em segurança pública, pois isso requer competências específicas que só podem ser adquiridas nas escolas policiais militares, nos cursos de formação de oficiais e na prática profissional. Apesar dessa especificidade, o IESP precisa contar com um corpo docente próprio, composto por especialistas nos conteúdos curriculares e nas áreas que fundamentam a formação geral do oficial, com base no conhecimento produzido por eles mesmos e por aqueles com experiência no ensino técnico.

Em 2003, o Instituto de Educação de Segurança Pública voltou a denominar-se Academia de Polícia Militar; todavia, a estrutura do IESP permaneceu. No ano de 2005, a Academia de Polícia Militar teve o seu credenciamento como Instituição de Ensino Superior (IES) por meio do Decreto s/n, de 29 de novembro de 2005, possibilitando o posterior reconhecimento do Curso de Formação de Oficiais como de Bacharelado em Ciências Militares, na área de Defesa Social, no ano de 2008 (MINAS GERAIS, 2005, 2008).

Vinte anos após a reformulação ocorrida na década de 90, em 2010, foi promulgada a Lei Complementar nº 115/10, estabelecendo novas diretrizes para o ingresso no quadro de oficiais da PMMG. Uma das mudanças significativas foi a exigência de que os candidatos possuíssem o título de Bacharel em Direito. Essa determinação reflete uma perspectiva evolucionista do processo e reforça o compromisso institucional de valorizar o ensino superior. Como consequência, o período acadêmico do Curso de Formação de Oficiais diminuiu principalmente nas disciplinas com conteúdo jurídico, e transformou-se em pós-graduação *lato sensu*, passando a ser denominado Curso de Especialização em Gestão de Polícia Ostensiva (CEGEPO).

Em 2017, após uma revisão do conteúdo programático dos cursos ministrados na Academia de Polícia Militar, o Curso de Formação de Oficiais foi alterado, deixando de ser considerado como pós-graduação *lato sensu* e retornando ao status de bacharelado em Ciências Militares.

Atualmente, na Polícia Militar de Minas Gerais, a educação é um processo formativo, de essência específica e profissionalizante, regulado pela Diretriz de Educação da Polícia Militar de Minas Gerais, aprovada pela resolução nº 5.167, de 18 de janeiro 2022, que normatiza os processos formativos, de essência específica e profissionalizante, desenvolvido por meio da Educação de Polícia Militar (EPM) no Estado e todas as suas prescrições estão em consonância com os princípios da Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) e com a Lei n. 20.010, de 05 de janeiro de 2012, que dispõe sobre o Sistema de Ensino da Polícia Militar e com as normas prescritas pelo órgão estadual competente.

As adequações realizadas ao longo da história da Educação de Polícia Militar em Minas Gerais e sua integração a educação nacional evidencia o compromisso institucional com a ética, a cidadania e a produção de conhecimento científico. Isso é fundamental para enfrentar e desenvolver estratégias de prevenção na área da segurança pública.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O trabalho demonstrou as representações da docência no processo de formação profissional nos cursos de Polícia Militar. As peculiaridades do ensino castrense tornam-se evidentes uma vez que o exercício da atividade policial militar exige habilidades específicas para lidar com situações que, aos outros, gera medo nessa profissão; porém, traduz um dever de agir tecnicamente e psicologicamente com equilíbrio, mesmo que sob grande pressão. Nesse sentido, o processo de formação na carreira ocorre de modo distinto de outras profissões e os docentes desempenham um papel central na transmissão de conhecimentos técnicos, valores éticos e culturais que fomentam a construção da identidade profissional dos policiais militares.

Explorada a hipótese de que na formação profissional de polícia militar, antes do processo democrático, o currículo oculto sustentado pelo *ethos* militar apresenta papel antagônico ao currículo tecnicista, predominando fazer técnico sobre o saber teórico.

Nesse sentido, foi apresentada a interação entre o tecnicismo e o *ethos* militar revelando a complexidade dessa dinâmica educativa, enfatizando que atualmente existe a necessidade de uma abordagem holística que integre tanto os aspectos técnicos quanto os valores institucionais. O capital intelectual das Instituições militares direcionado ao ensino exerce o grande diferencial na construção de um consciente coletivo na tropa, formado pelo espírito de corpo, mantendo lealdade entre os seus integrantes e preservando a coesão militar.

Depois do processo de redemocratização, houve fortalecimento de uma visão garantista da atividade policial, a valorização do trabalho preventivo e a sua importância para a manutenção da ordem pública, não obstante a proximidade com a comunidade que gera segurança objetiva e subjetiva, além de créditos de sustentabilidade institucional na profissionalização do policial militar.

Essa consonância de desígnios que associa o saber teórico e o fazer técnico ao conjunto de valores e fundamentos castrense influencia diretamente nas ações individuais para o exercício da atividade, assim como são úteis para preservar os significados intrínsecos à cultura militar, gerando um modelo aplicado às instituições que reflete a imagem do universo propriamente militar. Portanto, importa que o *ethos* militar seja nutrido durante o treinamento, a fim de criar laços entre os membros da corporação que permitem sustentar a coesão em situações adversas.

Nesse aspecto, insere-se a segunda hipótese desse trabalho, haja vista que, após a redemocratização, o ensino de polícia militar tornou-se profissionalizante por meio do equilíbrio entre currículo programático tecnicista e *ethos* militar alinhado aos valores institucionais de proteção social e garantia de direitos.

Assim, por meio da integração do tecnicismo com os valores arraigados no *ethos* militar, o docente torna-se o principal elemento cognoscente capaz de moldar o objeto de conhecimento transmitido ao discente policial militar, contribuindo para uma formação mais completa e adaptada às demandas contemporâneas da sociedade. Ele não apenas ensina habilidades técnicas, mas também transmite os princípios

éticos e culturais que são essenciais para a atuação responsável e eficaz dos policiais militares.

Todavia, a cultura da caserna traduzida em uma identidade institucional própria não responde isoladamente pelo desenvolvimento de competências e construção de saberes da identidade de um policial militar em formação. A eficácia das ações de adaptação no novo ambiente profissional, para o bom desenvolvimento das competências, inclui a observação de um profissional modelo do arquétipo policial militar; nesse sentido, o instrutor é idealizado como modelo referencial de soldado. Portanto, o docente deve ter consciência de que é exemplo ao assumir a função de instruir o militar na fase de formação.

Assim sendo, torna-se importante que o docente tenha conhecimento pedagógico de métodos e técnicas de ensino acerca do currículo programático e seu antagonismo com o currículo oculto no processo de ensino e aprendizagem para que, ao identificá-los, compreendê-los e desocultar o que não está aparente, seja possível estabelecer a análise do que a influência desse fenômeno retrata na construção da nova identidade social do policial militar em formação e do estímulo que sua conduta profissional causa no discente.

Nesse mister, importa salientar que a preparação técnica do docente deve estar alinhada a uma boa conduta profissional e um caráter comportamental exemplar, para que os efeitos no desempenho e nas atitudes reflexas dos discentes sejam equacionados em condutas acertadas, quando vindas da observância de uma postura de retidão, meio a tantos desafios encontrados pelo policial militar em cada decisão a ser tomada, pautando-se pela conciliação prática do que é legal, legítimo, ético, politicamente aceitável, tecnicamente válido e socialmente tolerado.

Por fim, restou evidenciado que o processo de ensino aprendizagem, de educação profissional policial militar em Minas Gerais, evoluiu para um tecnicismo pautado no equilíbrio entre *ethos* militar e currículo pragmático (saber teórico e fazer técnico).

Na Polícia Militar de Minas Gerais a educação é um processo formativo, de essência específica e profissionalizante, regulado pela DEPM, cuja evolução histórica do sistema de ensino reflete uma adaptação contínua às demandas da sociedade e às

mudanças legislativas. As reformulações nos cursos, desde a criação do Sistema de Ensino em 1973, até as mudanças mais recentes, demonstram um compromisso constante com a excelência na formação dos profissionais de segurança pública.

Nesse cenário, importante atentar para as influências que a representação do docente exerce na formação policial militar quanto aos valores e condutas técnicas admitidas, cuja qualificação nas diversas áreas do conhecimento deve ser somada a postura exemplar do profissional que estará diante dos olhos atentos daqueles neófitos que esperam por mudanças em sua própria postura, posição e atitudes que passam a ter energia e coragem no olhar.

Portanto, reconhecer e valorizar o papel cultural e tecnicista do docente é fundamental para promover uma educação de qualidade e preparar os policiais militares para enfrentar os desafios cada vez mais complexos do cenário atual da segurança pública. Ao equilibrar tradição e inovação, a docência representa um papel relevante na preservação dos significados mais amplos que reforçam a missão da Polícia Militar de servir e proteger a comunidade, assegurando, assim, a sustentabilidade da Instituição no longo prazo.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Viviane Patrícia Colloca. **O conceito de currículo oculto e a formação docente**. REAe - Revista de Estudos Aplicados em Educação. São Paulo: 2018.

BRASIL. **Lei nº 14751, de 12 de dezembro de 2023**. Institui a lei orgânica nacional das Polícias Militares e dos Corpos de Bombeiros Militares dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios. Poder Executivo, Brasília, DF, 12 dez. 2023.

BRASIL. **Portaria GM-MD Nº 1.143, de 03 de março de 2022**. Estabelece o regulamento de continências, honras, sinais de respeito e cerimonial militar das Forças Armadas. Ministério da Defesa/Gabinete do Ministro. Brasília, DF, 16 mar. 2022.

CASTRO, Celso. **O espírito militar: um antropólogo na caserna**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1990.

FONTES, Felipe Costa. **Você educa de acordo com o que adora**. São José dos Campos, SP: Fiel, 2017.

FREIRE; ALBUQUERQUE; MAGALHÃES, 2010, apud ROMEU E OLIVEIRA. **Guia do horizonte**. 2016

GEERTZ, Clifford. **A Interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: Zahar, 1973.

HAMADA, Helio Hiroshi; COTTA, Francis Albert. **Contextos e reflexões sobre a educação profissional da Polícia Militar de Minas Gerais: recortes históricos pós 1934**. 2019.

LOPES, Paola Bonanato. **O ensino policial militar na PMMG: dos primórdios à educação de nível superior**. 2017.

MINAS GERAIS, Polícia Militar. **Resolução nº. 3510 de 10 de novembro de 1999**. Aprova as diretrizes para a educação profissional de segurança pública. Boletim geral da Polícia Militar. Belo Horizonte, p.182-235, 11 nov.1999^a.

MINAS GERAIS, Polícia Militar. **Resolução n. 3.628, de 24 de outubro de 2001**. Extingue a Academia de Polícia Militar e cria o Instituto de Educação de Segurança Pública da PMMG. Belo Horizonte, 2001.

MINAS GERAIS, Polícia Militar. **Resolução n. 4.739, de 26 de outubro de 2018**. Aprova as diretrizes de educação da Polícia Militar de Minas Gerais e dá outras providências. Belo Horizonte, 2001.

MINAS GERAIS. **Decreto s/n, de 29 de novembro de 2005**. Credencia a Academia de Polícia Militar como instituição de ensino superior. Publicado no diário oficial de 30 de novembro de 2005. Belo Horizonte, 2005.

MINAS GERAIS. **Decreto s/n, de 30 de janeiro de 2008.** Reconhece o curso de bacharelado em Ciências Militares, área de Defesa Social, por um período de cinco anos, de acordo com os parâmetros previstos na Resolução CEE/MG, nº 450, de 26 de março de 2003. Belo Horizonte, 2008.

MINAS GERAIS, Polícia Militar. **Resolução n. 4.203, de 30 de abril de 2009.** Diretrizes da educação. Belo Horizonte, 2009.

RIBEIRO, Ricardo Santos et al. **A reforma da educação de segurança pública na PMMG.** 2001.

ROMEU E OLIVEIRA. **Quem descobriu o currículo oculto? Uma reflexão sobre formação na PMERJ.** Guia do Horizonte. 2017. Rio de Janeiro.

SANTOS, Marcos Antônio. **A formação básica do policial militar de Minas Gerais:** as especificidades do ensino militar em relação à educação profissional de nível técnico. Dissertação (Mestrado em Administração Pública) – Fundação João Pinheiro, 2000.

SAVIANI, Dermeval. **Escola e democracia:** teorias da educação, curvatura da vara, onze teses sobre educação e política. São Paulo: Cortez, Autores Associados, 1984. (Polêmicas do nosso tempo; 5).

STORANI, Paulo. **Vitória sobre a morte:** a glória prometida; o rito de passagem na construção dos Operações Especiais do BOPE. 2008. 169 f. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) - Programa de Pós-Graduação em Antropologia, Universidade Federal Fluminense, Niterói.

TELES, Antônio Xavier. **Psicologia moderna.** 1968 (2ª ed.). São Paulo: Ática. (Trabalho original publicado em 1965).

TERRA, Aurélio Sávio de Mendonça; BICALHO, Marco Antônio; ELIAS, Roginaldo. **Aspectos culturais no CFO:** a vivência e o processo de socialização do cadete da PMMG. 1996. Monografia (Especialização) – Fundação João Pinheiro, Belo Horizonte, 1996.